



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.939, DE 2023

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo para o tratamento do transtorno de espectro autista (TEA) da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF.

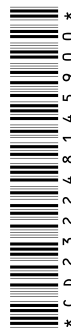
Autor: Deputado JÚNIOR MANO

Relator: Deputada DAYANY BITTENCOURT

1 - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.939, de 2023, altera a Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a dedução na base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo para o tratamento do transtorno de espectro autista.

O autor do projeto justifica a proposição por se tratar de uma medida positiva que visa garantir às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) a fruição de direitos e liberdades fundamentais, em igualdade de condições com as demais pessoas, em cumprimento à Convenção Internacional de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgados por meio do Decreto nº 6.949/2009. Logo, o Estado brasileiro ao concorrer para a aquisição de medicamentos de uso contínuo possibilitaria uma maior inclusão das pessoas com autismo na sociedade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

O Projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24, II), tramitando sob regime ordinário (Art. 151, III, RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

2 - VOTO DA RELATORA

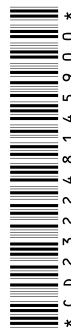
Cabe a esta Comissão a análise da proposição quanto ao mérito para as pessoas com deficiência no Brasil, nos termos regimentais. Entendemos que a proposta é justa e merece prosperar, na medida em que favorece um tratamento mais diferenciado e adequado às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

Contudo, consideramos relevante aperfeiçoar a matéria, por meio de Substitutivo ora apresentado.

No primeiro momento, estamos autorizando que sejam dedutíveis, na declaração do Imposto de Renda, além das despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo, também as despesas com medicamentos de alto custo, visto que se mostra uma alteração proporcional.

Conforme, Instrução Normativa nº 11¹ do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, considera-se de alto custo o medicamento que, individualmente, gere despesa mensal com o tratamento superior a 70% do salário mínimo vigente na data da compra. Ressalta-se que esses medicamentos são frequentemente utilizados para o tratamento de

1 O que você precisa saber sobre o reembolso de remédios de alto custo, disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/sis/noticias-comum/o-voce-precisa-saber-sobre-o-reembolso-de-remedios-de-alto-custo#:~:text=Para%20isso%2C%20o%20rem%20C3%A9dio%20precisa,todo%20deve%20superar%20esse%20valor.>>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

condições de saúde graves, complexas ou raras, que requerem terapias específicas e avançadas.

A mudança busca desonerar os pacientes e suas famílias, tendo em vista que a aquisição de um remédio tão caro representa ônus financeiro significativo, que pode prejudicar a saúde financeira da família.

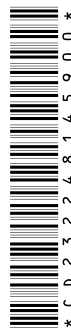
Ademais, reforçamos a importância do reconhecimento do TEA como deficiência para todos os fins legais², a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, foi um passo crucial em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Essa legislação deu às pessoas autistas a chance de acessar os serviços e direitos que merecem. Assim, é fundamental para toda sociedade que a dedução das despesas no IRPF com a aquisição de medicamentos de uso contínuo e alto custo para as pessoas com TEA seja implementada.

A título de informação, o transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição que prejudica o desenvolvimento do sistema nervoso e pode resultar em dificuldades em várias áreas, como comunicação, interação social, aprendizado e comportamento. Embora, seja frequentemente diagnosticado durante a infância, não é raro o diagnóstico ser feito posteriormente.

O tratamento do TEA é muito caro e baseia-se no controle de muitas e variadas comorbidades, tais como agressão, ansiedade, depressão, irritabilidade, transtornos obsessivo-compulsivos, transtorno de déficit de atenção, cujos sintomas incapacitam gravemente o funcionamento do indivíduo.

Os medicamentos utilizados pertencem a grupos farmacológicos diversos, afetando um amplo espectro de funções neurológicas e cerebrais,

2 Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. [...]§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

como antipsicóticos, ansiolíticos, anticonvulsivantes, anticoagulantes, antiepiléticos, antidepressivos, antioxidantes, anti-hipertensivos.

Logo, é fundamental que o Estado intervenha e ofereça medidas positivas que amenizem as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com TEA. Nesse sentido, a dedução dos gastos com medicamentos de uso contínuo no imposto de renda devido é uma medida justa e razoável, que terá muita efetividade na inclusão e na promoção dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, razões porque foram realizados ajustes no texto, na forma de um Substitutivo que está anexo.

2.1 - CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.939, de 2023, na forma do Substitutivo apresentado em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2023.

Deputada DAYANY BITTENCOURT
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.939, DE 2023

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos de uso contínuo ou de alto custo para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre as deduções autorizadas para fins de base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com aquisição de medicamentos de uso contínuo ou de alto custo para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre as deduções autorizadas para fins de base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 91-A.

Art. 8º

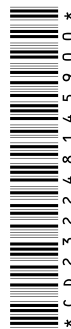
.....

II -

.....

*k) às despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo ou **de alto custo** para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA).*

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

*§ 5º No caso das despesas com medicamentos de uso contínuo ou **de alto custo**, previstas na alínea "k" do inciso II do caput, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário." (NR)*

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º O disposto nesta Lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for cumprido o disposto no art. 3º.

§ 2º Pelo prazo de cinco anos contados a partir do 1º de janeiro referido no § 1º deste artigo, produzirá efeitos a dedução relativa a medicamentos de que tratam a alínea k do inciso II do *caput* e o § 5º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2023.

Deputada DAYANY BITTENCOURT
Relatora

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 711 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5711/3711 | dep.dayanybittencourt@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232248145900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt

